


DISCURSOS SOBRE DESASTRES NO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-145>

Data de submissão: 10/11/2024

Data de publicação: 10/12/2024

Jhenyffer Lays Ribeiro Silva

Psicóloga pela Universidade de Pernambuco
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5258-7948>
E-mail: psicojhenyffer.lays@gmail.com

Juliana Catarine Barbosa da Silva

Doutora em Psicologia (UFPE/PE). Docente do curso de Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS/UPE) da Universidade de Pernambuco/UPE.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1632-3424>
E-mail: juliana.catarine@upe.br

Jullyane Chagas Barboza Brasilino

Doutora em Psicologia Social (PUC/SP). Docente do curso de Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS/UPE) da Universidade de Pernambuco/UPE.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1785-1031>
E-mail: jullyane.brasilino@upe.br

Polyanna Camelo Travassos de Arruda

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS/UPE) da Universidade de Pernambuco/UPE.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5400-4287>
E-mail: polyannacamelo.travassos@upe.br

RESUMO

A presente pesquisa teve como cenário o Agreste Meridional de Pernambuco, objetivou analisar os discursos de representantes de Organizações Governamentais e Não Governamentais no que se refere aos desastres, especificamente secas e chuvas extremas. Adotou uma abordagem qualitativa, realizando dezenove entrevistas semiestruturadas e uma oficina. Ambas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise do discurso orientada pela Psicologia Social Discursiva. Como resultados encontramos que tanto as secas quanto as chuvas intensas impactam negativamente na economia, trabalho, condições de vida e meio ambiente. Com exceção de uma organização, todas as estratégias apresentadas pelas(os) participantes para lidar com os desastres mencionados são de caráter emergencial. Nas ações realizadas não há participação popular e nem a presença de psicólogos(os), mesmo existindo estudos que indicam as repercussões negativas dos desastres para a saúde mental. Concluímos que apesar das secas e chuvas intensas se constituírem como fenômenos naturais, seus efeitos não podem ser naturalizados. É necessário o aperfeiçoamento das políticas públicas que visam a prevenção de desastres, com enfoque no envolvimento da população e também a inserção de profissões das ciências humanas e sociais, tais como a Psicologia.

Palavras-chave: Desastres. Secas. Chuvas. Agreste Pernambucano. Psicologia Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

O tema sobre desastres na Psicologia é um campo que ainda está em desenvolvimento, os primeiros estudos na área iniciaram por volta do século XX e até pouco tempo atrás restringiam-se a uma atuação voltada para uma abordagem clínica e diagnóstica. No Brasil, o primeiro registro da inserção da Psicologia no estudo, análise e intervenção nas emergências e desastres, remonta a 13 de setembro de 1987, quando em Goiânia ocorreu o acidente com o Césio-137 que ficou conhecido como um dos maiores acidentes radioativos do país (Schmitz; Souza, 2022; Trindade, Serpa, 2013).

A partir desse marco, a Psicologia nas emergências e nos desastres passou a ser mais discutida e hoje tem sido debatida em todos os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) por meio de simpósios, publicações e fóruns de debates, além de tal área contar com orientações a partir de notas técnicas específicas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Atualmente, a atuação de profissionais de psicologia em situações de emergências e desastres está relacionada à política de defesa civil publicada em 8 de maio de 2013 e suas intervenções vão desde a prevenção até o pós-desastre atuando juntamente com diferentes setores (Conselho Federal de Psicologia, 2021; Schmitz; Souza, 2022). Segundo as Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres, de 2021 elaborada pelo CFP,

A Psicologia deve, também, estar incorporada às equipes da Defesa Civil como agente que organiza linhas de cuidados e mobilização comunitária, escuta, acolhe e atua na defesa da população antes (prevenção, mitigação e preparação), durante (resposta) e após (reparação/reconstrução) situações de desastre (p. 60).

Desvinculando-se portanto, de uma Psicologia que apresente um foco exclusivo sobre o indivíduo, com ênfase clínica e diagnóstica. Com relação ao tema sobre os desastres, nosso estudo aproxima-se da Psicologia Social Discursiva (PSD), que discute o contexto social, histórico e econômico no qual as pessoas estão inseridas, prioriza “discursos como elementos ativos de invenção do social e concebem os processos de construção dos sujeitos a partir das relações sociais” (Silva, 2017, p. 20). Para dar continuidade ao debate sobre desastres, discutiremos brevemente como este fenômeno se apresenta nos territórios percorridos durante a presente pesquisa. De acordo com Quarantelli (2015), existe uma falta de consenso no que se refere ao estudo sobre os desastres. Para Cartaxo e Shiota (2020), essa ausência de consenso é uma das características das ciências humanas e sociais, uma vez que existe uma variedade de perspectivas teóricas e visões de mundo. Para os supracitados autores, existem três concepções sobre os desastres do ponto de vista sociológico: 1) desastres enquanto expressão de um agente externo intimidador; 2) desastres como expressão social da vulnerabilidade; 3) desastres como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições.

A concepção dos desastres como expressão de um agente externo intimidador teve origem em modelos de guerra e trazem como enfoque causas externas e naturais, os chamados *natural hazards* (perigos naturais). Nesse paradigma há uma separação entre sociedade e natureza, os desastres seriam incontrolláveis, quase que predestinados, e à população só caberia responder a esses “ataques” de modo imediato. Contrapondo-se a essa perspectiva, surgem pesquisadoras(es) que compreendem os desastres não enquanto fenômenos externos naturais, mas sim como resultante de relações sociais e influência mútua entre pessoas e natureza. Interessa a essas(es) estudiosas(os) entender as condições sociais, econômicas, políticas e ambientais que precedem os desastres e como esses têm relação com tais situações, ou seja, como os desastres podem ser uma expressão social da vulnerabilidade (Cartaxo; Shiota, 2020).

Nessa segunda concepção, existem autoras(es) que vão trazer uma discussão sobre risco e vulnerabilidade e, apesar desses conceitos apresentarem proximidades, são distintos, de acordo com Cartaxo e Shiota (2020). O precursor da discussão sobre a teoria do risco é o sociólogo alemão Ulrich Beck (2010) que, em seu livro “Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade”, nos traz que “a produção social da riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social dos riscos” (p. 23). Para o autor, os riscos representam um estágio intermediário entre a segurança e a destruição e devem ser constantemente analisados, “pois estes possuem fatores locais e globais, assumindo uma dimensão transescalar com potencial ameaça a todas as classes sociais” (Cartaxo; Shiota, 2020, p. 303). Para Beck (2010), os riscos são objetos de distribuições desiguais assim como a riqueza, reforçam a sociedade de classes e, ainda que inicialmente as populações empobrecidas sejam as mais afetadas, em algum momento os ricos e demais pessoas que produzem ou se beneficiam da produção destes riscos, também serão.

Com relação ao conceito de vulnerabilidade, Freitas *et al.* (2012, p. 1578-1579) nos trazem que ele diz respeito aos

[...] processos sociais relacionados à precariedade das condições de vida e proteção social (trabalho, renda, saúde e educação, assim como aspectos ligados à infraestrutura, como habitações saudáveis e seguras, estradas, saneamento, por exemplo) que tornam determinados grupos populacionais (por exemplo, mulheres e crianças), principalmente entre os mais pobres, vulneráveis aos desastres [...].

Corroborando com os autores, Cartaxo e Shiota (2020) vão nos trazer que a vulnerabilidade “determina a intensidade do dano causado pela ocorrência efetiva de risco para dado território” (p. 305) e que tanto os riscos quanto as vulnerabilidades contêm diferentes processos de construção

multiescalar. Assim, apontam que os desastres se relacionam às duas categorias, uma vez que ambas “revelam os problemas sociais e expõem as fragilidades da estrutura social” (p. 306).

Já em relação à terceira perspectiva, a dos desastres como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições, evidenciam como os desastres tendem a admitir um sentido que mais convém a algumas instituições. Seja por motivos políticos ou econômicos, tais entidades geram incertezas na população e desconsideram sua capacidade de reflexividade diante de tal fenômeno (Cartaxo; Shiota, 2020). No presente trabalho, nos aproximamos da segunda perspectiva apresentada, ainda que existam fatores naturais que não podemos desconsiderar, partimos da ideia dos desastres enquanto uma construção social, com foco na constituição de compreensões sobre como as instituições influenciam o fenômeno, assim como nos traz o terceiro paradigma.

Apontamos ainda como interessante a classificação realizada por Freitas *et al.* (2012), que diferenciam os desastres em intensivos e extensivos. Os primeiros se caracterizam por possuírem baixa frequência e serem geograficamente concentrados com grande potencial de impacto, a exemplo dos terremotos, tsunamis, furacões, dentre outros. Já os extensivos, apesar de individualmente serem pequenos, acontecem com grande frequência em um espaço de tempo e são responsáveis por causar grandes danos à infraestrutura local, habitações e condições de vida das populações empobrecidas. Como exemplos de desastres extensivos podem ser citadas as fortes chuvas e o que elas ocasionam, como as inundações e deslizamentos, e também a seca. Esses tipos de desastres extensivos são aqueles aos quais nos dedicaremos a compreender no presente texto. No que se refere à seca, é válido trazer ainda a sua diferença em relação à estiagem, já que muitas vezes são vistas como sinônimos: enquanto a primeira é causada pela insuficiência de chuva e que provoca redução sustentada das reservas hídricas por um período prolongado, a segunda se caracteriza como um período em que há pouca quantidade de chuva ou sua ausência, cuja perda de umidade do solo é superior à sua reposição (Brasil, 2002; Grigoletto *et al.*, 2016).

Segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (2023), entre janeiro de 2013 e fevereiro de 2023, os principais desastres presentes nos municípios brasileiros foram: em primeiro lugar a seca (41%) e em segundo as chuvas (27%). A pesquisa ainda aponta que as secas e o excesso de chuvas têm sido cada vez mais frequentes e severas nos municípios e, em relação a Pernambuco, Souza (2011) aponta que esse é um estado que precisa conviver com esses dois tipos de desastres antagônicos. Sobre o Agreste, foco da nossa pesquisa, é uma região produtora de diversas culturas agrícolas que abastecem várias partes do Estado de Pernambuco, movimentando assim grande parte da economia regional e nacional (Andrada *et al.*, 2018). Contudo, tantos os períodos de secas quanto de intensas chuvas, prejudicam não só sua capacidade produtiva, afetando sua economia, como

também contribuem para perdas sociais, ambientais e até mesmo de vidas humanas, principalmente as que se localizam em comunidades mais pobres (Souza, 2011).

A Confederação Nacional dos Municípios (2023) aponta ainda que de 2013 a 2023 os desastres causaram R\$ 401,3 bilhões de prejuízos em todo o Brasil, sendo as secas responsáveis por R\$ 307,2 bilhões (76,5% do total) e as chuvas por R\$ 79,3 bilhões (19,7%). Durante esse período, a União disponibilizou R\$ 4,9 bilhões para ações de gestão de riscos de desastres com relação aos danos causados pelas calamidades que assolaram o país. Todavia, esses recursos pagos representam apenas 1,2% dos prejuízos contabilizados ao longo de dez anos. Além disso, a pesquisa apontou também que os recursos disponibilizados pelo governo federal para ações de gestão de riscos, de proteção e defesa civil, foram diminuindo consideravelmente com o passar dos anos, além de não destinar valores para prevenção no orçamento, sendo as prefeituras então responsáveis por atuar só na resposta, ou seja, quando o desastre já ocorreu, o que acarreta em grande responsabilidade para as mesmas.

Corroborando com os dados anteriormente mencionados, Cartaxo e Shiota (2020) nos trazem que as ações governamentais têm se restringido a investir em obras de contenção e recuperação pós-desastre, sem se preocupar com o modelo de desenvolvimento presente na região, fator que pode intensificar os danos gerados. Para os autores, o ideal é estabelecer políticas públicas de modo coletivo, que contemplem tanto os saberes acadêmicos e profissionais, quanto os saberes populares. Evidencia-se que tais políticas devam ser criadas com o intuito de prevenir os desastres e não só de contê-los quando ocorrem. Considerando tudo isso, é que apresentamos como objetivo geral do nosso trabalho compreender os discursos de representantes de Organizações Governamentais (OGs) e Não Governamentais (ONGs) do Agreste Meridional de Pernambuco no que se refere às emergências e desastres específicos do território. Como objetivos específicos, buscamos identificar os discursos dessas(es) colaboradoras(es) sobre as repercussões das secas e eventos de chuvas extremas presentes na região pesquisada, e analisar e discutir as estratégias apresentadas por elas(es) para lidar com tais fenômenos.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho faz parte de um projeto guarda-chuva, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Pernambuco e segue todas as orientações das resoluções nº466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no que se refere a pesquisas com seres humanos. Nossa proposta buscou analisar os discursos de representantes de Organizações Governamentais (OGs) e Organizações Não Governamentais (ONGs) de dezenove municípios do Agreste Meridional de Pernambuco, no que se refere às emergências e desastres particulares ao território. Em relação às OGs

selecionadas para a pesquisa, destaca-se as Defesas Cíveis de cada município, e tal escolha se deu em razão das pessoas que estão à frente dessas instâncias apresentarem, segundo uma abordagem sociológica, uma *expertise técnica* em gestão dos desastres, isto é, caracterizam-se por serem especialistas “responsáveis pela implementação das políticas públicas e programas de proteção a desastres, entre os quais se destacam diretores, planejadores, consultores, técnicos etc.” (Mattedi, 2017, p. 274).

A Defesa Civil pode ser definida como um “conjunto de ações de prevenção e de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a integridade física e moral da população, bem como restabelecer a normalidade social” (Brasil, 2010, p. 20). As ações de redução de desastres realizadas pela Defesa Civil compreendem as etapas que fazem parte do Ciclo de Gestão dos Desastres, são elas: prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reconstrução. A prevenção diz respeito a atividades destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres; a mitigação abarca estratégias adotadas emergencialmente para reduzir ou evitar as consequências deles; a preparação se relaciona a conhecimentos e capacidade de prever, responder e se recuperar dos impactos desses fenômenos; a resposta se refere a procedimentos emergenciais, realizadas durante ou após o evento adverso; e a recuperação é compreendida enquanto ações realizadas após o surgimento dos desastres com o intuito de retornar ao que era antes de ocorrer o evento adverso (Brasil, 2017; Furtado *et al.*, 2013; Londe; Soriano; Coutinho, 2015).

Já no que se refere às ONGs, elas compõem o chamado terceiro setor. No primeiro setor temos o Estado, em que neste trabalho é representado pela Defesa Civil apresentada anteriormente, e no segundo o mercado. O terceiro setor é caracterizado por organizações privadas, mas com fins públicos, e tem uma atuação que dialoga com o Estado, seja essa de forma paralela ou complementar. O termo “organizações não governamentais” remonta ao cenário do Pós-Guerra onde as organizações transnacionais independentes, que não foram criadas nem mantinham vínculos com governos, tiveram um papel fundamental na reconstrução do que havia sido destruído pela guerra. O papel das ONGs brasileiras segue então em transformação, em que essas passam a se tornar um importante porta-voz em temas como direitos humanos, fome e meio ambiente (Cavalcanti, 2019).

Tanto os discursos das OGs quanto das ONGs foram acessados por meio de entrevistas semiestruturadas e oficina. Segundo Batista, Matos e Nascimento (2017), a entrevista é um método que se caracteriza como uma forma de interação social, que “valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiado das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido” aquilo que os cerca (p. 5). Quanto à entrevista semiestruturada, essa ocorre quando a(o) pesquisadora(o) apresenta algumas perguntas orientadoras, mas não se limita a elas, visto que a partir

dos discursos das(os) participantes podem surgir outros questionamentos. Em nossa proposta, as entrevistas tiveram como intuito compreender o fazer profissional das(os) participantes no que se refere aos desastres, além de informações mais pessoais, como cor, gênero e escolaridade, também foram feitas perguntas sobre as organizações: suas histórias de origem, seus objetivos, os cargos existentes, entre outras questões. Diante disso, dezenove pessoas foram entrevistadas, dezoito das entrevistas aconteceram de modo *online* e uma de modo presencial. Dessas pessoas, dezesseis eram representantes da defesa civil e três de ONGs.

Além das entrevistas, realizamos uma oficina de Trabalho com representantes da Defesa Civil e ONGs. Para Joaquim e Camargo (2020), as Oficinas de Trabalho objetivam a produção de conhecimento aliada ao debate de ideias. Partindo de uma questão previamente elaborada, que em nosso caso se deu pela temática “Prevenção e Redução de Riscos de Desastres no Agreste Pernambucano”, e também pela utilização de diferentes práticas como disparadores de discussão, o grupo formado poricineiras(os) e participantes, se reúnem “para dialogar e conjecturar sobre possíveis encaminhamentos para os tópicos em questão” (Joaquim; Camargo, 2020, p. 10). Da oficina, participaram quatro pessoas, três representavam a defesa civil e uma fazia parte de ONG. Duas pessoas participantes da oficina também já haviam sido entrevistadas anteriormente.

Tanto as entrevistas quanto a oficina foram gravadas e transcritas mediante leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para a análise, utilizamos uma abordagem qualitativa apresentando como aporte teórico-metodológico a Psicologia Social Discursiva (PSD). Para Potter *et al.* (1990), a PSD apresenta três princípios fundamentais em relação ao discurso: ele tem uma função, é construído e apresenta variação. O termo função enfatiza que todo discurso é orientado para a ação, uma vez que as pessoas diariamente empregam discursos para fazer coisas, como perguntar, acusar, solicitar, explicar, comunicar; ele é construído porque não lidamos com o mundo de uma maneira direta e imediata, mas sim de forma mediada pelos discursos preexistentes e construídos pela sociedade, ou seja, a partir de recursos linguísticos pré-existentes como um conjunto de termos, formas narrativas, metáforas e lugares comuns, um discurso pode ser suscitado, e esse discurso envolve escolha e seleção de possibilidades, uma vez que, o que é escolhido para ser dito, depende da orientação e dos interesses da pessoa oradora; e o discurso tem variação, já que a depender do que se quer e das inúmeras possibilidades de escolha, diferentes tipos de discursos podem ser empregados, até mesmo para descrever coisas mais simples (Macêdo; Souza, 2020; Potter *et al.*, 1990).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As(os) participantes do nosso estudo têm uma média de 5 anos de atuação profissional. Em relação ao cargo que ocupam na instituição, 9 atuam como coordenadoras(es) da defesa civil, sendo que entre essas(es) 2 também assumem funções na Secretaria de Agricultura, 3 são secretárias(os) de Agricultura, 1 é auxiliar da(o) secretária(o) de Agricultura, 2 são presidentas(es) de ONG, 1 é voluntária(o) de ONG, 1 atua na parte executiva, 1 é dirigente de brigada, e 1 é engenheira(o). No que se refere ao gênero, 14 pessoas se identificam com o masculino, 2 com o feminino, 2 não souberam dizer, 1 se autodenomina homem trans, e 1 não foi questionada. Sobre a cor, 9 pessoas se autodeclaram brancas, 6 pardas, 1 preta, 1 morena, 2 não souberam dizer e 1 não foi questionada. Por último, referente à escolaridade, 6 alegam ter ensino superior, 5 mencionam ter ensino médio, 3 com pós graduação, 3 com ensino técnico em distintas áreas cada uma(um), 1 possuindo mestrado, 1 não mencionou e 1 não foi questionada.

As 19 entrevistas e oficina realizadas forneceram um material discursivo que foi sistematizado neste trabalho em dois grupos, que por sua vez, foram distribuídos em subgrupos. No primeiro bloco de análises apresentaremos e discutiremos as repercussões das secas e das chuvas no Agreste Meridional de Pernambuco, e no segundo bloco focaremos nas estratégias utilizadas para lidar com esses fenômenos na região pesquisada. A fim de resguardar as identidades das pessoas participantes da pesquisa, seus nomes não serão mencionados ao longo desse trabalho, optou-se por numerá-las de 1 a 21 precedido da sigla OG, representando uma(um) membra(o) de Organização Governamental, ou ONG, significando uma(um) participante de Organização Não Governamental. Os nomes dos municípios também foram suprimidos dos discursos apresentados.

3.1 REPERCUSSÕES DAS SECAS E CHUVAS NO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO

A seca pode atuar sobre os sistemas ecológicos, econômicos, sociais e culturais, e pode gerar danos e prejuízos às condições de vida das populações expostas a esse tipo de desastre. A magnitude de seus impactos está diretamente relacionada com a sua duração e as condições socioeconômicas das regiões e comunidades afetadas (Alpino; Sena; Freitas, 2016), ou seja, ainda que a seca seja um desastre natural ela também pode ser vista como uma expressão da vulnerabilidade social, discussão essa que já vimos anteriormente na introdução desse trabalho.

Além disso, no que se refere especificamente a Pernambuco, região onde nossa pesquisa foi realizada, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020) mostraram que, mesmo que 74,7% da população estivesse em 2019 com abastecimento de água por rede, apenas

28,7% dela tinha acesso a essa água com fornecimento diário. No ano citado o estado também enfrentou situações de desabastecimento de água o que levou a decretação de emergência em vários municípios por conta da seca severa. No que se refere às chuvas, Geraldi (2009) expõe que devido à má estruturação presente em grande parte dos municípios brasileiros, elas ocasionam inúmeros transtornos, especialmente quando nos referimos a episódios de chuvas extremas. Para Sousa *et al.* (2016),

A chuva extrema ou precipitação máxima diária é caracterizada como um evento que apresenta intensidade, duração e distribuição espaço-temporal críticas em dado local (município, cidade). O estudo da frequência de ocorrência de eventos extremos é fundamental para a compreensão de seus efeitos na superfície da bacia hidrográfica rural e/ou urbana. Além disso, os projetos de obras hidráulicas no âmbito da bacia dependem diretamente desse estudo. As chuvas intensas ou chuvas extremas causam prejuízo nas cidades, erosão no solo, inundações, danos à agricultura e sérios problemas em reservatórios de armazenamento de água. (p. 431).

Nesse sentido, podemos dizer que os eventos de chuvas intensas estão associados a vários tipos de desastres, como enchentes, inundações, deslizamentos, entre outros, gerando diversos tipos de prejuízos, especialmente às populações mais empobrecidas. Contudo, vale ressaltar que assim como Geraldi (2009) nos traz, as chuvas não são a causa em si dos problemas, apenas atuam “no sentido de ‘revelar’ o risco latente naquele território” (p. 107), uma vez que evidenciam as dificuldades causadas ou encobertas pelo ordenamento territorial e a falta de políticas públicas preventivas. Até mesmo a irregularidade da intensidade e distribuição das chuvas podem ser vistas como fenômenos produzidos pelas intervenções humanas, dadas questões como os desmatamentos, queimadas e aquecimento global (Koga, 2009).

A partir de tudo que foi exposto, ao falarmos sobre repercussões das secas e chuvas extremas, nos propomos a compreender de que forma esses fenômenos afetam os municípios do agreste meridional pernambucano, e consequentemente suas(seus) residentes, seja socioeconomicamente, politicamente e até mesmo ambientalmente. Para organizar o debate sobre a temática, após análise do material produzido, dividimos o primeiro bloco em dois subgrupos: Seca e suas influências no território pesquisado; O outro lado da moeda: as implicações das chuvas no Agreste Pernambucano. Ambos serão exibidos e discutidos a seguir.

3.1.1 seca e suas influências no território pesquisado

Um dos elementos que a princípio chamam atenção na nossa análise diz respeito à duas pessoas participantes apontarem que em seus municípios teve que ser decretado estado de emergência devido à seca, sendo essa mencionada por elas(es) e outras(os) participantes como um fenômeno que

apresenta interferência direta na agricultura e pecuária, principais atividades realizadas nos territórios pesquisados, como podemos notar nos seguintes trechos da entrevista: “[...]. Aí... o nosso município também é... nossa principal atividade é a agricultura familiar, que ao longo dos anos vem sofrendo por conta da seca e tal, [...]” (Participante 17OG – entrevista).

[...]. Porque a seca é isso, é falta de água. A gente tenta ao máximo viabilizar isso. A gente ajuda com suporte de mangueiras por necessidades de irrigação, porque a estiagem afeta muito isso, a produção do cultivo, da agricultura e também da pecuária. A gente tenta ao máximo esse ajuste com os produtores rurais. (Participante 6OG - entrevista)

Pelos discursos apresentados, a seca pode gerar uma perda parcial ou total dos cultivos agrícolas, situação vista como uma imprevisibilidade que causa muitos danos às pessoas que tiram desses cultivos sua subsistência. Tal situação também é apresentada no discurso da(o) participante 17OG que traz uma experiência pessoal sobre essa problemática:

Aqui em S. a gente teve período de seca, a ponto de até a família da gente, de certa forma, ser prejudicada. Pronto, meu pai. Meu pai cria gado e até uns anos atrás, não me recordo ao certo, ele tinha um terreno que era rico demais em água, e ficou tão seco lá que ele teve que deslocar o gado dele pra S.T. Que na mente da gente S.T. é mais seco né. Não... mas um tempo ele teve que levar o gado pra lá para não ter perda total desse animais. [...]. Mas assim, na nossa região a gente já teve muita perda de gado, é... além da seca, dos problemas domésticos mesmo em virtude dessa seca, dessa falta de distribuição da água. (Participante 17OG – oficina)

Para Alpino, Sena e Freitas (2016), esse comprometimento nas atividades agrícolas e pecuárias geradas pela seca ocasiona uma série de adversidades, primeiro porque a perda dos cultivos agrícolas e dos rebanhos geram prejuízos econômicos, já que tais atividades representam fontes de renda e trabalho para muitas famílias. Segundo, tais perdas podem afetar o consumo de alimentos tanto em sua qualidade quanto quantidade devido à escassez e/ou contaminação de água e até mesmo por falta de saneamento básico. Os prejuízos econômicos citados anteriormente também afetam o poder de compra de alimentos que acabam afetando negativamente o estado nutricional das populações, ocasionando uma série de doenças (Alpino; Sena; Freitas, 2016). Outro elemento a ser destacado por algumas(uns) participantes, se refere à seca afetar mais as pessoas da zona rural em comparação às residentes da área urbana, como pode ser observado no discurso da(o) participante 1OG:

Nós sabemos que toda a zona rural do município ela sofre muito com a questão já de estiagem [inaudível] da zona rural [...].

Entrevistadora: Entendi. Então geralmente é mais a população rural né que que sofre (Participante 10OG: É.) mais do que.. [é interrompida pela(o) entrevistada(o)].

Entrevistada(o): Porque as seca, as as estiagens são mais constantes né. Inclusive hoje a gente tá com situação de emergência decretada por estiagem a gente conseguiu depois de muito trabalho agora no finalzinho de feverei... de janeiro. (Participante 10OG - entrevista)

A questão da seca afetar mais as pessoas localizadas nas áreas rurais faz sentido nesse contexto em razão dos discursos anteriores mencionarem o impacto que esse fenômeno traz para as atividades agrícolas e pecuárias, sendo essas concentradas na zona rural. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua aplicada em 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), 3,2 milhões de domicílios passaram privação quantitativa de alimentos, sendo maior percentual de insegurança alimentar grave na área rural, com predominância na Região Nordeste (7,7%).

Em estudo realizado com famílias rurais da região de Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul, Favero (2006) buscou compreender como a seca era vivenciada por elas. As pessoas entrevistadas também trouxeram o impacto das secas nas colheitas agrícolas, em sua renda, o que fez com que seus gastos não só com alimentos, mas também vestuário e lazer fossem reduzidos, além da escassez de água para consumo humano e animal, fatores que impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas afetadas. A autora relata ainda que as pessoas entrevistadas buscavam formas alternativas de acesso à água demonstrando preocupação em relação a qualidade desta. De acordo com Araújo *et al.* (2015), no Brasil a maior parte dos investimentos em serviços de abastecimento de água ocorre nas áreas urbanas.

Por fim, destacamos os discursos de participantes que apontam a seca como algo inevitável, que é sempre esperado, característico da região e que por isso demanda planejamento para redução dos impactos, assim como podemos ver no trecho a seguir:

[...]. A gente tem a seca que é uma coisa que todo sabe que vai acontecer. Eu chego aqui, pra o matuto, no meio do inverno em Junho/Julho e já começa a brincar sobre o inverno e que Outubro vem aí. Todo mundo sabe que em outubro, novembro e dezembro vai vir seca aí, né? Aí é uma coisa que a gente já se acostuma com isso, já tem que se planejar. Mitigar os efeitos a ser, [...]; então, é, formas de diminuir o impacto. O impacto vai ter, o impacto vai ter. Mas a gente tem como diminuir esse impacto. (Participante 16OG - entrevista)

Para 16OG, se a seca já é esperada todos os anos, deve-se então existir um planejamento, uma preparação para quando esse momento chegar, fazendo com que os danos sejam minimizados. Camurça *et al.* (2016) seguindo esse pensamento, apontam que apesar da seca ser um fenômeno natural, os seus efeitos na vida das pessoas não devem também ser naturalizados, muito pelo contrário. Como vimos nesse tópico, a seca pode trazer inúmeras repercussões: interfere em aspectos sociais

(como saúde e emprego), econômicos (influencia na renda e poder de compra), políticos (formas encontradas para lidar com a seca) e também ambientais (alterações no ambiente).

Diante disso, para Camurça *et al.* (2016), é possível conhecer o processo da seca e “empreender ações para diminuir suas consequências danosas” (p. 120) em concordância com o que a(o) participante 16OG nos trouxe. E isso só é possível a partir de um posicionamento e ação que vise a convivência com ela em detrimento da ideia de combatê-la. Conviver não significa aceitar de forma passiva as implicações que a seca pode causar, mas sim de um movimento ativo, de empreendimento de estratégias, sobretudo coletivas, que permitam uma maior qualidade de vida em todos os âmbitos da existência humana. Nesse sentido, é indispensável a implementação de políticas públicas “que enfatizem práticas sustentáveis e coerentes com as necessidades e possibilidades locais” (Camurça *et al.*, 2016, p. 126).

3.1.2 o outro lado da moeda: as implicações das chuvas no agreste pernambucano

Sobre as chuvas e os desastres associados a estas, nos municípios investigados foi muito comentado o episódio que teve início no mês de junho e que se sucedeu entre os meses seguintes no ano de 2022, onde na grande maioria dessas cidades as chuvas que aconteceram nesse período foram consideradas extremas e imprevisíveis. Quatro das(os) participantes alegaram que foi decretado emergência em seus municípios, como podemos notar nos trechos de discursos que seguem:

[...], mas foi um efeito assim, vamos dizer.. não comum, porque choveu 100 mm numa numa chuva só e algumas pequenas barragens que teve no curso dessa água ela.. rompeu e a água pegou com força, mas foi um caso isolado e não existe registro de pelo menos dos 6 anos atrás, de ter ocorrido situação igual. (Participante 10OG - entrevista)

[...] ano passado teve uma situação aqui de chuvas intensas, em julho, né? [inaudível] de crise, a gente também solicitou reconhecimento federal de situação de emergência e foi reconhecido aí juntou Assistência, Infraestrutura, é.. Obras, pa dá dá resposta ao desastre junto à população né. (Participante 1OG – entrevista)

As chuvas intensas inesperadas causaram muitos danos aos municípios, como um dos exemplos tivemos o risco e/ou rompimento de barragens e reservatórios, tendo que ser acionados diversos serviços e exigindo um trabalho conjunto para minimizar os prejuízos, assim como nos apontou anteriormente a(o) participante 10OG. Tais situações indicaram preocupação em relação aos agravos que poderiam ser causados não só às pessoas residentes de cada município, como também as de outros circunvizinhos como nos relata a(o) participante 12OG.

Teve um colapso aqui de um reservatório, mas com a ação rápida da defesa civil junto a infraestrutura, a gente conseguiu manter o reservatório intacto ainda. É, e com isso a gente conseguiu preservar. É a questão tanto da da, do pessoal daqui. Tinha plantação e ao redor, como também das residências que se encontravam perto, porque o reservatório tinha um porte mediano. E com isso, ele poderia ocasionar uma situação em colapso muito grande. Questão das residências que tinha abaixo. Bem desastrosa, mesmo que tivesse ocorrido, mas a gente foi bem rápido e conseguiu recuperar e também manter ele estável. **(Participante 12OG - entrevista)**

Sobre as barragens, Gonçalves, Marchezini e Valencio (2009) apontam que apesar das suas construções gerarem capital e emprego, se caracterizam como uma expressão de um tipo característico de risco: o risco fabricado. Tal risco para os autores é “criado socialmente, pela interação e impacto do conhecimento e transformação do mundo pelo ser humano” (p. 161). Eles nos trazem ainda que a percepção das barragens enquanto risco só ocorre quando o desastre acontece, ou seja, quando há seu colapso gerando diversos prejuízos. Além do risco e/ou rompimento de barragens, as pessoas participantes relataram também a ameaça e/ou transbordamento de rios e açudes que passam pelos municípios, como podemos notar a seguir:

[...] outra questão também por conta das chuvas no mês de julho é recentemente, foi que o, o açude, o açude de J. é praticamente dentro da cidade aí quando ele transborda a população fica em pânico né com medo e esse ano transbordou ainda tá transbordando ainda e a gente vem monitorando e acompanhando todo esse processo. (Participante 11OG)

O medo e risco enfrentado pelas pessoas em relação à inundação dos rios e açudes são muito válidos, uma vez que segundo Souza (2011) “esse fenômeno costuma surpreender por sua violência e menor previsibilidade, exigindo uma monitorização complexa” (p. 11). Para Assumpção *et al.* (2017), as inundações decorrem da falta de políticas públicas e que vem cada vez mais se intensificando em razão do “aumento do processo de urbanização desordenado, sem que haja um planejamento urbano acompanhado de infraestrutura de drenagem e manejo adequado das águas pluviais” (p. 40). As fortes chuvas que acometeram os municípios investigados repercutiram também em diversos estragos habitacionais para populações residentes tanto da área rural quanto urbana, a exemplo de rachaduras e desabamentos de casas, onde dezenas de pessoas ficaram desabrigadas e desalojadas, além da impossibilidade de locomoção, sobretudo para as(os) moradoras(es) da zona rural, como podemos ver no discurso a seguir:

Teve muitos estragos, tanto na zona rural quanto urbana. Acho que 90% ficou sem ter estado até pra andar o pessoal aqui. [...]. Algumas casas caíram, muro e telha. Esse tipo de coisa, né? Na zona rural a gente também teve muito prejuízo devido aquela chuva que deu. Claro. Muito trabalho, teve até o corpo de bombeiros acionado aqui para a gente fazer um salvamento de uma gestante que ficou ilhada. Ela bem pertinho de ter nenê e a gente trabalhou até no domingo para tirar ela lá. [...]. (Participante 2OG – entrevista).

Conforme Marchezini (2009), nossa casa pode ser vista como um território que permite diversas imagens e significados: de um lado pode representar uma construção que serve de abrigo, de outro, um espaço simbólico de pertencimento, intimidade e segurança. Todo território, segundo o autor, é permeado de disputas de poder, ele não é dado e só tem sentido a partir do uso que se faz dele, portanto, pode ser desfeito ou até mesmo negado a uma determinada pessoa ou grupo, se isso acontecer passam a ser considerados desterritorializados. Com a destruição de casas diante um evento de chuvas intensas, como as quais foram apresentadas no discurso anterior, “haverá a desterritorialização de famílias por parte dos órgãos públicos, e estas serão denominadas como desalojadas ou desabrigadas¹” (Marchezini, 2009, p. 53). Os riscos desses desastres, sejam de desabamentos, inundações ou outros, se tornam ainda mais preocupante para pessoas que vivem próximas a fontes de água como os rios e açudes, sendo essas aquelas que geralmente estão expostas a processos de vulnerabilização, como é exemplificado pelo discurso da(o) participante 17OG:

[...]. É que a gente tem um bairro aqui bem carente, que apresenta uma série de riscos que seriam risco de desmoronamento. Áreas inundáveis. [...]. Porém, a gente tem cerca de umas 80 famílias que sofrem, principalmente no período de chuvas, onde os riscos de desmoronamento, risco de alagamento, e enchentes aumentam. (Participante 17OG - oficina).

O discurso da(o) participante 17OG, nos traz a discussão sobre a vivência de pessoas nas chamadas áreas de risco, ou seja, o bairro considerado “carente” por ela(e) sinaliza a susceptibilidade aos riscos associados às chuvas nos quais às pessoas que ali moram estão submetidas. Para Geraldi (2009), fica claro que a vulnerabilidade está diretamente ligada com o modo de ocupação do território, onde as classes mais empobrecidas são quem ocupam essas áreas expostas aos mais diversos tipos de desastres, e está ligada também às especificidades de vida de cada grupo. Cabe dizer ainda que antes de um território ser considerado como uma área de risco, ele expõe a relação das pessoas com esse espaço, suas trajetórias de vida, remontando assim seu “Lugar de viver e morar” (Vargas, 2016, p. 553). Como último ponto a ser trazido, temos as perdas enfrentadas pelas(os) residentes da área rural. Pelo que podemos observar, não só a falta de chuva afeta os meios de subsistência dessa população, como também o excesso dela. A respeito disso, a(o) participante 18OG comenta:

[...], quando é muito chuvoso é uma seca também, que a gente chama de seca verde. Que ela destrói tudo, leva tudo, não fica praticamente nada não dá nada pronto pra você ter ideia, agora em 2022, a safra do nosso município e dos município circunvizinho aqui da região do nosso

¹ As pessoas desalojadas são aquelas que precisam sair de suas casas temporariamente ou definitivamente e que não necessitam de abrigos ofertados pelo Estado, uma vez que podem contar com alguém, sejam amigos e/ou parentes. Já as pessoas desabrigadas, também passam pela perda da casa, mas, diferentemente da primeira categoria, precisarão se instalar em abrigos já que não têm a quem recorrer (Marchezini, 2009).

agreste todinho, foi nada, não teve nada o pessoal plantaram mas não colheu.. né? [inaudível] apesar de chover tanto mas ninguém colheu o feijão que é o nosso feijão, feijão feijão mulatinho, feijão rosinha, e outros e outros né, até o próprio feijão de corda, que foi plantado depois, é houve uma dificuldade muito grande ele criou um um.. é, aqui a gente chama de ferrugem que ele é muito parecido com ferrugem na bage e não cresce mais e o caroço fica muito ruim, tendeu? Então até isso afetou, certo? (Participante 18OG – entrevista)

O que a(o) entrevistada(o) chama de seca verde se refere às chuvas abundantes que se apresentam mal distribuídas no que se refere a tempo e espaço, como nos aponta Tavares, Arruda e Silva (2019). Assim como a seca, as chuvas extremas afetam os cultivos agrícolas repercutindo de forma negativa no trabalho, condições econômicas e também na alimentação das pessoas que sobrevivem dessa atividade. Portanto, para Koga (2009), ainda que as chuvas sejam vistas como uma benção e algo essencial, quando elas acontecem de forma abundante, podem causar muitas devastações para as comunidades afetadas.

4 ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM A SECA E AS CHUVAS EXTREMAS

Como vimos anteriormente, os eventos de seca e chuvas extremas interferem negativamente na produção agrícola, repercutindo em questões socioeconômicas e ambientais; no abastecimento hídrico; na saúde pública, entre outros âmbitos. Para lidar com tais situações faz-se necessário o planejamento e execução de estratégias que perpassem os três momentos dos desastres: o antes, o durante e o depois do seu surgimento. Nesse viés, existem as etapas que compõem o que chamamos de Ciclo de Gestão dos Desastres, englobando ações que visam: a prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução. Sobre a definição de cada uma delas, já vimos antes na discussão metodológica desse trabalho. Diante disso, a fim de compreendermos e discutirmos quais atividades estão sendo realizadas nos municípios do Agreste Meridional pelas OGs e ONGs no que concerne aos fenômenos da seca e chuvas intensas, resolvemos dividir esse segundo bloco em três subgrupos: Lidando com a seca: técnicas adotadas pelas OGs e ONGs do Agreste; Chuvas extremas no agreste pernambucano: ações possíveis frente aos seus efeitos; e Os impactos psicológicos dos desastres e o (não)lugar da psicologia nas estratégias adotadas. Cada um deles serão apresentados a seguir.

4.1 LIDANDO COM A SECA: TÉCNICAS ADOTADAS PELAS OGS E ONGS DO AGRESTE

Diante as dificuldades geradas pela seca, as estratégias realizadas pelas pessoas participantes em seus municípios se referem majoritariamente a uma questão de abastecimento hídrico. Nesse sentido, temos como principal atividade relatada por 17 delas, a utilização de carros-pipas, tanto municipais quanto advindos do Exército Brasileiro. Além da presença desses equipamentos, também foram mencionados: 10 pessoas trouxeram a ação de perfuração e limpeza de poços; 10 relataram a

construção e/ou limpeza de barreiros, barragens, açudes e reservatórios; e 1 falou sobre a recuperação de nascentes. Também foi mencionado por 5 delas a construção de cisternas, contudo, tal atividade é mencionada como algo realizado no passado, suas construções não são apresentadas como estratégias atuais.

Sobre a perfuração de poços, durante a realização da oficina uma(um) das(os) participantes trouxe uma preocupação em relação a tal atividade, alegando que suas construções desordenadas e sem tratamento adequado podem trazer prejuízos à saúde da população, como podemos ver a seguir:

[...], a perfuração de poços, a questão da água salina/salobra. Acredito que seja salobra. Isso é um problema futuro para as pessoas que estão fazendo uso dessa água, certo? Culturalmente, essas pessoas vão se tornar todas hipertensas, porque tudo passa na pele, o corpo absorve como a quantidade de sal é muito alta, a densidade é muito alta. Acredito não ser só sal. Tem o magnésio também. Outros minerais e essas famílias estão correndo risco de vida, não é? E a questão do poço em si, ele é um problema porque é uma ação que é desordenada, a perfuração de poços, desordenadas aqui na região do agreste. É um problema, porque mesmo em período chuvoso, esses poços perfurados, até aleatoriamente sem supervisão, fazem o rebaixamento do lençol freático. [...] assim que acaba no período chuvoso, a vazão das nascentes nos poços diminui consequentemente. Isso é uma questão a ser revista. Não só pelo poder público, mas sim por toda a sociedade, para que se tivesse uma fiscalização severa em cima disso, isso é um problema grave, que vai trazer consequências futuras para nossa saúde, da população. (Participante 7ONG-oficina)

Para Camurça *et al.* (2016), os carros-pipas, a perfuração e limpeza de poços e a construção e/ou limpeza de barreiros, barragens, açudes e reservatórios, se caracterizam como ações emergenciais que apenas minimizam por um curto tempo a falta de água, “não imunizam a população de riscos, doenças e agravos” (Alpino; Sena; Freitas, 2016, p. 817) e não modificam “a estrutura socioeconômica e política, [...] amenizam a fome sem amenizar a vulnerabilidade social [...]” (p. 121). Para Gnadlinger (2015), essas medidas ainda são realizadas numa perspectiva de combate à seca, a enxergando como um “inimigo a ser exterminado”. Por outro lado, a recuperação de nascentes, mencionada pela(o) participante 7ONG, e a construção de cisternas, se apresentam como únicas atividades preventivas de acordo com Firmo e Ribeiro (2016), uma vez que elas se apresentam como possibilidade de assegurar o acesso à água de forma permanente.

Além da recuperação de nascentes, outras atividades preventivas de danos ambientais são expostas pela(o) 7ONG, como plantação de árvores nativas da Mata Atlântica, trabalho de educação ambiental através de palestras com todos os públicos (infantil, jovens e adultos) e também a coleta e destinação adequada de pilhas, baterias e celulares usados. Para Camurça *et al.* (2016), para lidar com a seca é necessário abandonar a noção de combatê-la e buscar por estratégias de convivência com ela. Essa convivência é possível desde que existam políticas públicas que ressaltem o desenvolvimento

das potencialidades individuais, coletivas e comunitárias, assim como práticas sustentáveis e que correspondam as necessidades de cada local.

4.2 CHUVAS EXTREMAS NO AGRESTE PERNAMBUCANO: AÇÕES POSSÍVEIS FRENTE AOS SEUS EFEITOS

No que concerne as ações realizadas diante dos desastres vinculados aos casos de chuvas extremas, foram identificadas duas: monitoramento do nível de água, seja de barragens, açudes ou outras fontes, e a remoção de pessoas residentes em habitações consideradas de risco, como podemos notar nos discursos a seguir: “Foi feito um plano de contingência, do açude pa se por acaso tiver necessidade de evacuar, tirar a população daquela área de risco a gente já saber tomar todas as providências já” (Participante 11OG-entrevista).

[...]. E agora, em 2022 que a gente sofreu a última inundação e a gente alertou a popula  o previamente. Um ou dois dias antes sobre o que estava acontecendo. [...]. Essa última enchente agora de 2022, a perda da popula  o foi mínima. É porque ele já já estavam sabendo com antecedência do que estava vindo, de 24 horas antes. A prefeitura disponibilizou o transporte, deixou tudo de prontidão a partir do momento que a água começou a invadir a cidade. Praticamente se perdeu nada. Algumas pessoas que perderam um guarda roupa porque não deu pra tirar. Mas, graças a Deus, deu tudo certo, tivemos nenhuma vítima fatal. O material foi mínimo. E a gente segue monitorando. (Participante 7ONG-oficina)

[...] nosso objetivo é sanar, o mais rápido possível, quando acontece esses desastres onde a popula  o fica ilhada, fica sem acesso, fica [inaudível], então a gente juntamente com as secretarias competentes solicitamos o mais breve possível recursos, para recupera  o de estradas, para remo  o daquelas pessoas que estão em situa  o de risco... Aí entramos em contato com a secretaria de assistência social do município, através de projetos e programas [inaudível] sociais, a gente tira aquelas famílias que estão em situa  o vulnerável, com risco iminente ali, a gente coloca em casa, tudo pago pelo público, até aquele momento... E avaliamos sempre, se ainda existe aquele risco, porque quando a gente afirma que existe um risco permanente, [inaudível] pra família daquele local, a gente busca outros meios para remo  o dessa popula  o. (Participante 6OG-entrevista)

De acordo com Londe *et al.* (2014), aqui no Brasil existem organiza  es que realizam o monitoramento hidrológico, como a ANA – Agência Nacional de   guas, CPRM – Serviço Geológico Brasileiro e o Cemaden – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Alguns municípios têm também com um sistema próprio para monitoramento. Com base nesse monitoramento e também na previsão meteorológica,    possível estabelecer estados de alerta com o objetivo de permitir que as autoridades, como a defesa civil e também membras(os) de ONGs, a exemplo da(o) própria(o) participante 7ONG, cheguem aos locais de risco “a tempo de efetuar a retirada preventiva de moradores e encaminhá-los, por rotas seguras, para locais de refúgio

previamente estabelecidos, onde poderão ficar abrigados até que a situação se normalize” (Carvalho; Galvão, 2016).

Essa preparação do poder público e da comunidade para a situação de ocorrência de um desastre, consiste no que chamamos de plano de contingência, como citado pela(o) colaboradora(o) 11OG. Além desses monitoramentos realizados, também foram citados outros trabalhos de prevenção, como: a realização de visitas em outros municípios que estavam passando por casos de inundações e enchentes, mencionado pela(o) 11OG como forma de adquirir conhecimento de como agir caso isso acontecesse em sua cidade; e visitas realizadas a moradores dentro do próprio município, citado pela(o) participante 12OG, a fim de orientá-los sobre os reservatórios e barreiros presentes em suas localidades.

Sobre a retirada das pessoas dos locais considerados de risco, geralmente compreendidos e mencionados pelas(os) participantes como casas construídas de forma irregular, próximas a encostas, morros, pontes e rios, foi uma ação bastante realizada principalmente no ano de 2022, período já comentado aqui anteriormente. A remoção dessas pessoas aconteceu tanto devido ao risco de desabamento de suas casas, como também depois que isso já tinha acontecido. Foram relatados pelas pessoas participantes a abertura de abrigos temporários, a locação de casas e a disponibilização de um valor de aluguel social. Uma(um) das(os) participantes relatou ainda que atualmente ela(e) e sua equipe estão buscando recursos federais e estaduais para melhorar as habitações em que algumas pessoas se encontram ou até mesmo retirá-las de forma definitiva a partir da construção e entrega de novas casas.

Em relação a remoção das pessoas de suas moradias, foi relatado ainda por três participantes a resistência que algumas apresentavam, como podemos notar no trecho:

[...] teve aquelas que tinham uma resistência muito grande que a gente só conseguiu que fosse efetivada a saída delas dessas zonas de risco, depois de uma reunião com a promotora depois de insistidas vezes, a gente visitando essas famílias, foi que o secretário fez contato com a promotora e a promotora conversou com eles, é.. ameaçou até de tirar.. a guarda das crianças que eu acho que foi mais um um susto que ela quis dar né, pra poder essas famílias saírem desses residências aí só quando elas sentiram esse risco essa pressão por parte da promotora, é.. foi que, a gente até participou [...], é de-essa audiência acho que [inaudível] audiência, é.. e as famílias elas só cederam pra sair dos imóveis depois dessa reunião [...]. (Participante 21OG-oficina)

Através do discurso de 21OG notamos a relação de poder que se estabelece entre os chamados *experts* e a população, em que essa última, vista como resistente e até mesmo negligente por não sair de suas moradias consideradas de risco, são coagidas a fazer isso. Chamado de “susto” por 21OG, o que vemos na verdade é a imposição do medo gerado nas pessoas. Por meio da ameaça de não poderem

mais ver seus filhos, se veem obrigadas a se retirarem de suas casas. A forma encontrada para fazer com que essas pessoas se retirem de suas habitações não é vista como um problema, e a relação de poder que se constitui entre os especialistas e população, não se torna pauta de reflexão e estudos, torna-se mais fácil portanto, usar da coerção do que buscar outras estratégias possíveis.

Para Valencio (2009b), as remoções de moradores de suas casas se caracterizam como medidas de caráter higienista, em que há um deslocamento involuntário dessas pessoas desconsiderando seus vínculos com sua moradia, relações e hábitos, ou seja, “desacoplando bruscamente as pessoas de suas coisas e de seu meio” (p. 34). Ademais, de acordo com Silva e Menezes (2020), impera uma lógica vigente nos discursos e materiais produzidos por especialistas de que as populações não compreendem os riscos aos quais estão expostas, lógica essa que precisa ser analisada com maior cuidado. Isso porque, segundo Vargas (2009), quando se investiga com atenção a situação de vida dessas pessoas, essas podem apresentar um cotidiano perpassado por diversas privações, sacrifícios e diferentes violações de direitos. Assim, a sobrevivência se torna urgente e imediata e “a sujeição a um possível risco, à noção de uma ameaça futura, se torna dado secundário” (p. 84). Essa atenção que as pessoas dão a determinados riscos em detrimento de outros é apontado pela autora como um processo de hierarquização dos riscos, sendo esta, parte de um processo sociocultural.

Ainda sobre a discussão das remoções, Valencio (2009b) expõe que os abrigos temporários são considerados meios de reabilitação para as pessoas quando essas perdem as suas moradias, ao invés de passarem um sentido de acolhimento, os abrigos evidenciam uma relação de subjugação das pessoas a um processo de estigmatização. Já em relação ao auxílio-aluguel, por mais que esse forneça um território privado, isso acontece sem a garantia de que os bens móveis e de caráter imaterial sejam repostos. Nesse sentido, tanto os abrigos quanto o aluguel social se tornam fatores de “desestruturação do convívio familiar e identidade social de seus membros” (Valencio 2009a, p. 30).

Por fim, ressalta-se que tanto nas ações apresentadas para lidar com as chuvas, quanto com as secas apresentadas no tópico anterior, observamos que não há ferramentas de controle social, ou seja, não identifica-se uma inclusão da população na formulação “gestão, fiscalização e monitoramento” das ações realizadas (Firmo; Ribeiro, 2016, p. 3). Outrossim, identificamos também a ausência de profissionais das ciências humanas e sociais nas equipes das OGs e ONGs estudadas, dentre as(os) quais destaca-se aqui as(os) psicólogas(os). As reflexões, estudos e estratégias promovidas por essas(es) trabalhadoras(es) poderiam contribuir muito para o cenário pesquisado, tais quais discutiremos no tópico que segue.

4.3 OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DOS DESASTRES E O (NÃO)LUGAR DA PSICOLOGIA NAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS

Diante de todos os prejuízos socioeconômicos, ambientais e de saúde física, atrelados à seca e chuvas intensas, como já apontados nesse trabalho, existem também registros de impactos sobre a saúde mental. De acordo com Grigoletto *et al.* (2016), a situação de seca pode gerar casos de estresse, ansiedade, depressão, suicídios, e até mesmo mudanças comportamentais como agressividade. Freitas e Ximenes (2012), através de revisão de literatura, também apontam impactos para a saúde mental gerada pelas chuvas extremas, especificamente no que se refere às enchentes. De acordo com dados coletados pelos autores, estados de estresse pós-traumático, transtorno de adaptação, insônia, pesadelos e memórias repetidas sobre o evento, amnésia, irritabilidade, ansiedade, depressão, suicídio, e outros tipos de transtornos, foram apresentados como consequência das situações mencionadas, afetando diretamente alguns grupos, sobretudo os empobrecidos, como mulheres, moradores de áreas rurais, pessoas analfabetas, pessoas com algum tipo de deficiência, crianças e idosos.

Com base no exposto, salienta-se o papel que a Psicologia pode apresentar enquanto ator social no enfrentamento dos desastres, especificamente no que diz respeito ao sofrimento humano gerado por eles e a busca por formas de atenuá-lo. Nas organizações que fizeram parte dessa pesquisa não há a presença de psicólogas(os) na equipe, muito menos a sua colaboração nas estratégias adotadas para lidar com os desastres estudados nesse trabalho. Sobre a Defesa Civil por exemplo, um fator que pode influenciar esta situação é a questão de que ela tem sido um “espaço historicamente constituído por um grupo restrito de áreas profissionais” (Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 20). Além disso, em uma pesquisa realizada com cinco psicólogas atuantes na área das emergências e desastres, B. Silva, I. Silva e Barufi (2023), apontam que umas das dificuldades em relação ao trabalho dessas profissionais consistia na desconsideração dos especialistas de outras áreas, que enxergavam a psicologia como desnecessária. Como já vimos anteriormente na introdução desse trabalho, a inserção da Psicologia na área das emergências e desastres ainda é recente, sua consolidação vem se dando aos poucos. Ainda assim, as suas contribuições têm cada vez mais se mostrado imprescindíveis, uma vez que apresenta uma gama de possibilidades de atuação, seja em colaboração à Defesa Civil ou a ONGs.

É importante destacar que a Psicologia pode estar presente antes do desastre, com ações voltadas para a prevenção e preparação, como: identificação e análise de riscos, definição de estratégias mais adequadas de apoio à população afetada pelos desastres, participação na elaboração de planos de contingência e de treinamentos, prestação de capacitações, etc.; durante o desastre, com atividades com foco na resposta, a exemplo de: realizar acolhimento às pessoas afetadas, estar disponível para fazer as orientações necessárias às comunidades atingidas, dar atenção e apoio às

equipes de socorro, entre outros; e também pode atuar depois do desastre, com as ações de reconstrução: orientar sobre o restabelecimento ou criação de redes de apoio social, realizar intervenções psicológicas, sejam individuais e/ou grupais, manejar os “vínculos familiares e de vizinhança como estratégia de reconstituição da organização da vida”, bem como outras ações (Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 27). Apesar de seus inegáveis contributos, segundo Souza (2012), para que a Psicologia nas emergências e desastres seja uma área que continue a evoluir, faz-se necessário o investimento em pesquisas científicas, a intensificação da interface da psicologia com a Defesa Civil e ONGs, a capacitação de psicólogos(os) e a inclusão do tema na formação e no aperfeiçoamento profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível concluir que apesar das secas e chuvas extremas se constituírem enquanto fenômenos naturais, as implicações que essas causam no âmbito social, econômico, ambiental e político jamais podem ser naturalizadas, afinal de contas, partimos do pressuposto de que os desastres são uma construção social, representam uma expressão da vulnerabilidade na qual as pessoas estão inseridas. Ainda assim, tal perspectiva não é a que vemos na prática, é o oposto disso. Através da nossa pesquisa com representantes de OGs e ONGs, ficou claro que apesar das repercussões negativas das secas e chuvas intensas, as estratégias utilizadas para lidar com elas se pautam em ações emergenciais, mitigadoras, de caráter pontual e paliativo. Com exceção de uma ONG, nenhuma das iniciativas apresentam ações preventivas, situação essa que não é característica apenas da região pesquisada, mas sim do Brasil como um todo, haja vista que no país inexistente, ou existe de forma deficitária, uma cultura relacionada à prevenção e proteção civil relacionada aos desastres. Somado a isso, ainda temos uma diminuta socialização das informações sobre a temática e a falta de preparo técnico por parte de profissionais atuantes na área, como nos traz Valencio 2009a.

Ademais, não há envolvimento das comunidades na reflexão, execução e monitoramento das estratégias apresentadas, o saber popular é desconsiderado, assim como muitas vezes os territórios, as condições e trajetórias de vida, sendo difícil portanto, a redução da vulnerabilidade socioambiental. Tal situação demonstra a importância de que profissionais das ciências humanas e sociais fossem encorpadas(os) às instituições pesquisadas. Destacamos aqui o não lugar da Psicologia nos espaços investigados, não há a presença de psicólogos(os) nas organizações, muito menos suas contribuições nas atividades implementadas. Os municípios das pessoas participantes são de pequeno porte, situados no interior de Pernambuco, e através de seus discursos vemos os impactos que as secas e chuvas

extremas causam, podendo inclusive afetar a saúde mental de suas populações como já discutimos aqui. Com isso, acreditamos que a Psicologia tem muito a somar no que se refere à temática dos desastres, especialmente quando pensamos no agreste pernambucano.

REFERÊNCIAS

- ALPINO, T. A.; SENA, A. R. M.; FREITAS, C. M. Desastres relacionados à seca e saúde coletiva – uma revisão da literatura científica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 3, p. 809-820, 2016.
- ANDRADA, E. K. P. *et al.* Periodicidades na distribuição homogênea da precipitação no Agreste de Pernambuco. *Journal of Environmental Analysis and Progress*, v. 03, n. 01, p.100- 117, 2018.
- ARAÚJO, S. C. *et al.* Análise das formas de acesso à água na zona rural de municípios do semiárido paraibano. *Anais II WIASB... Campina Grande: Realize Editora*, 2015. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/17171>>. Acesso em 26 out. 2023.
- ASSUMPÇÃO, R. F. *et al.* Possíveis contribuições da integração das políticas públicas brasileiras à redução de desastres. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. Especial, p. 39-49, 2017.
- BATISTA, E. C. MATOS, L. A.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v. 11, n.3, p.23-38, 2017.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. 384 p.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres. 3ª ed. 2002.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia. Curso à distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. 156 p.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Prevenção e Preparação. Módulo de formação: noções básicas em proteção e defesa civil e em gestão de riscos: livro base. Departamento de Minimização de Desastres. Brasília, p. 1-49, 2017.
- CAMURÇA, C. E. S. *et al.* Implicações psicossociais da seca na vida dos moradores de um município da zona rural do nordeste do Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Bogotá, ed. 1, n. 34, 2016, p. 117-128.
- CARTAXO, S. A.; SHIOTA, R. R. Três concepções acerca dos desastres. *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 32, p. 296- 315, 2020.
- CARVALHO, C. S.; GALVÃO, T. Prevenção de riscos de deslizamentos em encostas em áreas urbanas. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9613/1/Preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20risco%20s.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- CAVALCANTI, G. R. C. O papel das ONGS ambientalistas na comunicação das mudanças climáticas: um caminho para o engajamento? Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do

Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Natal, 177 p. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Danos e prejuízos causados por desastres no Brasil entre 2013 a 2023. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/15604%22>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres. 1. ed. - Brasília, 96 p. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Textos geradores – II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres. Brasília: CFP, 76 p. 2011.

FAVERO, E. A seca na vida das famílias rurais de Frederico Westphalen – RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria, p. 136. 2006.

FIRMO, E. S.; RIBEIRO, M. A. T. Interface da Psicologia nas ações de prevenção e controle social nos municípios do semiárido de Alagoas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 1., 2016, Campina Grande. Anais I CONIDIS [...]. Campina Grande: Editora Realize, 2016.

FREITAS, C. M. *et al.* Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1577-1586, 2012.

FREITAS, C. M.; XIMENES, E. F. Enchentes e saúde pública – uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1601-1615, 2012.

FURTADO, J. *et al.* Capacitação básica em Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. 4. edição - Florianópolis: CAD UFSC, p. 1-124, 2013.

GERALDI, D. Pessoas com deficiência visual: do estigma às limitações da vida cotidiana em circunstâncias de riscos e de desastres relacionados às chuvas. In: VALENCIO, N. *et al.* Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 107-118.

GNADLINGER, J. Água de chuva no manejo integrado dos recursos hídricos em localidades semiáridas: Aspectos históricos, biofísicos, técnicos, econômicos e sociopolíticos. In: Captação, manejo e uso de água de chuva. Campina Grande, PB: INSA, cap. 3, 2015.

GONÇALVES, J. C.; MARCHEZINI, V.; VALENCIO, N. Colapso de barragens: aspectos sócio-políticos da ineficiência da gestão dos desastres no Brasil. In: VALENCIO, N. *et al.* Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 160-175.

GRIGOLETTO, J. C. *et al.* Gestão das ações do setor saúde em situações de seca e estiagem. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 3, p. 709-718, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: segurança alimentar: 2023. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. – Rio de Janeiro, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro, 2020.

JOAQUIM, F. F.; CAMARGO, M. R. R. M. Revisão bibliográfica: oficinas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 36, p. 01-22, 2020.

KOGA, D. R. C. O impacto dos fenômenos climáticos sobre a organização e dinâmica sócio-produtiva num assentamento rural: estudo de caso dos efeitos das chuvas no assentamento “Bela Vista do Chibarro”, em Araraquara/SP. In: VALENCIO, N. *et al.* *Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 119-130.

LONDE, L. R. *et al.* Desastres relacionados à água no Brasil: Perspectivas e recomendações. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XVII, n. 4, p. 133-152, 2014.

LONDE, L. R.; SORIANO, E.; COUTINHO, M. P. Capacidades das instituições municipais de Proteção e Defesa Civil no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 30, p. 77 a 95, 2015.

MACÊDO, L. N.; SOUZA, E. G. Panorama da Psicologia Discursiva no Brasil em Dissertações e Teses no Período de 2010 a 2020. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 79123-79137, 2020.

MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, N. *et al.* *Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 48-57.

MATTEDI, M. Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3, p. 261-285, 2017.

POTTER, J. *et al.* Discourse: Noun, verb or social practice? *Philosophical Psychology*, 3:2-3, p. 205-217, 1990.

QUARANTELLI, E. L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. Tradução: Raquel Brigatte. *O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33*. 2015.

SCHMITZ, R. I.; SOUZA, R. L. B. As contribuições da Psicologia em situações de emergências e desastres. *Revista Psicologia em Foco*, Frederico Westphalen, v. 14, n. 20, p. 2-24, jan. 2022.

SILVA, B. G. A.; SILVA, I. R.; BARUFI, L. F. O papel do psicólogo frente a situações de desastres. *Rev. Psicol. Divers. Saúde*, Salvador, v. 12, 2023.

SILVA, J. C. B. Muito além da questão ambiental: discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 235 p. 2017.

SILVA, J. C. B.; MENEZES, J. A. Discursos (Sobre)Viver nos Territórios em Risco da Região Metropolitana do Recife. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, P. 1-17, 2020.

SOUSA, F. A. S. *et al.* Estimativas dos riscos de chuvas extremas nas capitais do Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 09, n. 02, p. 430-439, 2016.

SOUZA, N. L. F. A atuação da Psicologia em desastres e emergências: uma visão estratégica. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 27, n. 55, p. 81-93, 2012.

SOUZA, W. M. Impactos socioeconômicos e ambientais dos desastres associados às chuvas na cidade do Recife-PE. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. Campina Grande-PB, 140 p. 2011.

TAVARES, V. C.; ARRUDA, I. R. P.; SILVA, D. G. Desertificação, mudanças climáticas e secas no semiárido brasileiro: uma revisão bibliográfica. *Geosul*, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 385-405, 2019.

TRINDADE, M. C.; SERPA, M. G. O papel dos psicólogos em situações de emergências e desastres. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 279-297, 2013.

VALENCIO, N. Da “área de risco” ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. *In: VALENCIO, N. et al. Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 34-47.

VALENCIO, N. O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. *In: VALENCIO, N. et al. Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 19-33.

VARGAS, D. “Eu fui embora de lá, mas não fui” – a construção social da moradia de risco. *In: VALENCIO, N. et al. Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 80-95.

VARGAS, M. A. R. Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. *Cad. Metrop. São Paulo*, v. 18, n. 36, p. 535-557, jul. 2016.